

# ATORES GLOBAIS E OS DISCURSOS CONTRA A MINERAÇÃO: NOTAS SOBRE A PRÁTICA SOCIAL NA DINÂMICA DO ENFRENTAMENTO

## *GLOBAL ACTORS AND DISCOURSES AGAINST MINING: NOTES ON SOCIAL PRACTICE IN THE DYNAMICS OF CONFRONTATION*

Márcio Simeone Henriques<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo investiga a prática social dos discursos contra a mineração produzidos por atores globais, analisando a dinâmica de confronto com o discurso hegemônico do setor mineral. O objeto é a constelação discursiva em torno da mineração, compreendida como um diálogo entre os discursos corporativos e os contradiscursos da sociedade civil. A pesquisa objetivou identificar esses atores globais, compreender suas formas de atuação e analisar como produzem e circulam discursos de oposição. Baseado na análise crítica do discurso, os procedimentos envolveram um estudo exploratório qualitativo, com identificação e seleção de atores globais que atuam contra a mineração, priorizando aqueles com produção contradiscursiva robusta e contínua entre 2008 e 2018. Foram selecionados três casos para análise mais aprofundada. A análise apontou que esses atores operam majoritariamente por meio de coalizões e redes, buscando influenciar agendas globais e traduzir conflitos locais para a linguagem dos fóruns internacionais. Seu *modus operandi* inclui vigilância civil, produção de relatórios e denúncias, com uma abordagem sistêmica que interliga dimensões econômicas, ambientais e de direitos humanos.

**Palavras-chave:** Comunicação organizacional. Relações Públicas. Discurso. Mineração.

### Abstract

The article investigates the social practice of counter-mining discourses produced by global actors, analyzing the dynamics of their confrontation with the hegemonic discourse of the mining sector. The focus is the discursive constellation surrounding mining, understood as a dialogue between corporate discourses and civil society's counter-discourses. The research aimed to identify these global actors, understand their modes of action, and analyze how they

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6040055935701119>, ORCID: 0000-0003-0807-6221 e e-mail: [simeone@ufmg.br](mailto:simeone@ufmg.br).

produce and circulate oppositional discourses. Based on critical discourse analysis, the procedures involved a qualitative exploratory study, with the identification and selection of global actors working against mining, prioritizing those with robust and continuous counter-discursive production between 2008 and 2018. Three cases were selected for in-depth analysis. The analysis indicated that these actors operate predominantly through coalitions and networks, seeking to influence global agendas and translate local conflicts into the language of international forums. Their modus operandi includes civil society monitoring, the production of reports and complaints, with a systemic approach that interlinks economic, environmental, and human rights dimensions.

**Keywords:** Organizational communication. Public Relations. Discourse. Mining.

## 1 UMA ETNOGRAFIA SENSORIAL INTERACIONAL

É comum falar dos desafios da virada do milênio para a humanidade, tais como as mudanças climáticas, o uso sustentável de recursos naturais e a promoção efetiva dos direitos humanos básicos, no contexto de uma globalização econômica onde persistem enormes desigualdades e grande desequilíbrio na ordem geopolítica. Para as organizações, tais desafios vêm sendo interpretados há algumas décadas e formam hoje uma constelação global de discursos que envolve todos os setores de atividades, na busca de uma racionalização de suas justificativas sociais, criando modelos que se projetam sobre os públicos e a opinião pública na busca por influência. Seus discursos gerais tendem a refletir de modo uniforme um campo de orientações - que podemos chamar de doutrinárias - tecido com a participação do mundo corporativo e de entes globais diversos (como os organismos das Nações Unidas e o Fórum Econômico Mundial, dentre outros), tomando forma por meio de várias iniciativas (*initiatives*), mobilizando também o campo acadêmico e uma esfera não-governamental organizada em *think-tanks*<sup>2</sup>.

Essas preocupações integram uma agenda global de setores econômicos, organizações e agências governamentais, exemplificada pela transição dos Objetivos do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>3</sup>. Baseiam-se na noção de desenvolvimento sustentável, materializada em modelos como o ESG (Environmental, Social

---

<sup>2</sup> A respeito da lógica de participação dos *think tanks* nessa formulação ver a obra de Rich (2004).

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 11 mai. 2023.

and Governance), cunhado em 2004 pelo Pacto Global<sup>4</sup>. O ESG traduz princípios abstratos de sustentabilidade e direitos humanos em práticas concretas de autorregulação, com um quadro normativo que confere doutrina consistente e adesão quase obrigatória do mundo corporativo, ligando-se a investimentos e *compliance*. Modelos de *reporting*, como o GRI - Global Reporting Initiative<sup>5</sup>, racionalizam aspectos tangíveis e intangíveis via matriz de materialidade, construindo um discurso que promove suas crenças fundantes. Essas iniciativas formam uma constelação discursiva global, com grande interdiscursividade, onde cada organização apropria e realimenta o discurso, base de sua prática social, conforme a visão tridimensional de Fairclough (2001). O setor mineral é revelador, pelo seu papel crucial no desenvolvimento tecnológico e por operar em um contexto de desafios e conflitos territoriais, como rompimentos de barragens.

Estes fatores geram uma produção contradiscursiva intensa, que mantém uma relação dialógica (Bakhtin, 1992) com o discurso hegemônico. Neste sentido, a pesquisa trata todos os discursos sobre mineração como uma única constelação. Utilizamos essa metáfora com inspiração em Drizek (2004) para descrever a coexistência e disputa de discursos em torno de um objeto social, onde o significado é construído por múltiplas vozes - institucionais, técnicas, políticas ou populares - que se inter-relacionam. Essas representações ora se reforçam, ora se tensionam, formando um campo dinâmico de produção de sentidos, onde discursos corporativos e da sociedade civil se confrontam, negociam e se moldam mutuamente. Assim, vemos que os lados “pró” e “contra” a mineração exibem conjuntos com coesão interna, mas é na tensão e no confronto dialógico entre eles que a disputa de sentidos se manifesta.

O estudo<sup>6</sup>, após examinar a construção discursiva do setor, voltou-se, então, para a produção contradiscursiva. Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama de como identificamos *players* globais que buscam influenciar o debate nesta perspectiva crítica,

---

<sup>4</sup> Para uma visão geral sobre como a indústria mineral se apropria dos princípios ESG e de como o discurso acerca desses princípios os colocam numa perspectiva de evolução para além das formas clássicas de responsabilidade social e de licença social para operar, ver o artigo de Verrier et al. (2022).

<sup>5</sup> A iniciativa GRI foi criada em 1997, como organização sem fins lucrativos, em Boston (EUA) após a catástrofe ambiental com o derramamento de óleo do navio Exxon Valdez e suas primeiras diretrizes foram publicadas em 2000. Hoje é sediada na Holanda, tomando a forma de um *think-tank* que fornece as referências para os processos de *reporting* atualizadas de acordo com a evolução das tendências dessas doutrinas proeminentes. Para uma visão de sua aplicação e alguns aspectos críticos no setor da mineração, ver o artigo de Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014).

<sup>6</sup> Trata-se da pesquisa “Disputa de sentidos em torno da mineração: marcas discursivas das organizações e das instâncias da vigilância civil”, realizada entre 2018 e 2021, desenvolvida pelo grupo de pesquisa Comunicação no contexto organizacional e aspectos teóricos conceituais (Dialorg), da Puc-Minas.

destacando as dificuldades no processo, e observar seu *modus operandi* para influenciar instituições, públicos e a opinião pública. Mais especificamente, este artigo parte da indagação de como este tipo de atores que produzem contradiscursos contra a mineração articulam a relação entre conflitos locais e as agendas globais.

## 2 QUAIS SÃO OS ATORES?

Foi desafiador identificar atores relevantes no debate global que fossem fontes do que chamamos de contradiscurso - que potencialmente tensionem a formação discursiva proeminente unificada e oficializada como doutrina pelo setor. Frente ao poder organizacional se opõem vários atores com diferentes discursos, desde os que contestam radicalmente todos os fundamentos nos quais esse poder se apoia, até os que questionam aspectos específicos de discurso e da ação. Neste segundo caso, isso se dá, geralmente, por meio de uma vigilância das práticas, apontando o não cumprimento de princípios, exigindo novos compromissos e ações ou apontando a incoerência ou inconsistência destes mesmos princípios.

Em contraste com a coesão discursiva do setor, nossas explorações iniciais mostraram que o contradiscurso apresenta uma composição diversificada e difusa. Reconhecendo a multiplicidade dos atores e a diversidade dos ângulos sob os quais abordam o problema da mineração e produzem diferentes contradiscursos, também constatamos que estes atores formam teias cuja atuação abrange os diversos temas da agenda global e reúnem organizações não governamentais, redes de movimentos sociais e de ativismo que cobrem o vasto espectro dessa agenda - ambientais, de ajuda humanitária, de direitos humanos e justiça global. Na identificação desses *players*, deparamo-nos com estas várias formas e nos dispusemos a buscar os que possivelmente se dedicariam de modo específico à mineração. Definimos um olhar para esses atores como instâncias de vigilância civil, ou seja, que se propõem a monitorar e a denunciar práticas abusivas em nome dos públicos, por meio de articulações da sociedade civil (Henriques; Silva, 2014).

Isso resultou em muitos atores que de algum modo trataram globalmente de questões da mineração e seus impactos. A maior parte tratava apenas incidentalmente da indústria extrativa mineral ou de forma episódica. Em primeira filtragem, foram postas em exame 13

entidades e iniciativas<sup>7</sup> com trabalho mais contínuo e consistente e produção discursiva mais robusta - relatórios específicos envolvendo os problemas da mineração, manifestos e materiais de referência sobre o assunto, publicamente disponíveis. Ainda que a mineração seja tema constante e quantitativamente muito abordado, para as exigências da investigação era necessário focalizar em atores com atuação de referência e produção textual significativa. Eis que o foco se dirigiu para três: a OXFAM, o Mining Watch Canada e o Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina - OCMAL. Sem o objetivo de apresentar toda a análise empírica empreendida sobre estes atores, faremos a seguir observações acerca desta escolha, não só como demonstração do desafio de encontrar os atores, mas para dar relevo ao que aqui estamos discutindo acerca da prática social, a partir dos nossos achados.

Os dois atores que primeiro despertaram nosso interesse foram OCMAL e Mining Watch. Além boa produção textual passível de análise, porque se apresentam explicitamente como instâncias de vigilância civil (observatórios). O primeiro tem sua origem na Bolívia, em 2007<sup>8</sup>, como forma de congregar os esforços de vários coletivos e redes já existentes na América Latina. Em 2022 declarava possuir 39 membros, grupos pertencentes a movimentos sociais latino-americanos em diversos formatos: coletivos, frentes, ONGs e redes. Além de três redes com atuação diversificada na América Latina, estes grupos abrangem 13 países da região<sup>9</sup>. Seu objetivo é defender comunidades e populações afetadas pelos impactos da mineração, também no intuito de aperfeiçoar os métodos e instrumentos de articulação entre os diversos grupos e entidades envolvidos<sup>10</sup>. Com foco nos conflitos socioambientais, além de relatórios e dossiês, mantém um banco de dados na forma de um Mapa dos Conflitos e de um Mapa de Criminalização na América Latina<sup>11</sup>. Chegamos ao OCMAL por meio da Red Iglesias y Minería – IyM, que se define como uma rede ecumênica, “composta por comunidades cristãs da América Latina, equipes pastorais, congregações religiosas, grupos de reflexão teológica, leigos, leigas, bispos e pastores”<sup>12</sup>, com uma prevalência de grupos de inspiração católica. Monitora os conflitos territoriais entre mineradoras e comunidades e é uma das três referidas redes que figuram como componentes do OCMAL.

---

<sup>7</sup> Global Justice, Human Rights Watch, Mining Watch Canada, Oxfam, Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina - OCMAL, Red Iglesias y Minería, Environmental Justice Foundation, Climate Justice Alliance, Cultural Survival, Citizens Against Mining, Earth Rights International, EarthJustice e Global Witness.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.ocmal.org/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.ocmal.org/miembros-ocmal/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.ocmal.org/ocmal/#quienes-somos>. Acesso em: 7 mar. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal\\_db-v2/](https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/). Acesso em: 7 mar. 2022.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://crbnacional.org.br/rede-igrejas-e-mineracao>. Acesso em: 7 mar. 2022.

Mining Watch Canada apresenta características bem diferentes e, de partida, representou dúvida quanto à sua pertinência no *corpus*, por se tratar, a rigor, de um observatório canadense. Entretanto, as explorações revelaram atuação que não se limita aos limites geográficos do país, de vez que monitora as atividades de companhias canadenses que atuam em várias partes do planeta e mostra-se totalmente alinhado com uma produção de discurso globalizada. Foi fundado em 1999, para coordenar ações de várias iniciativas da sociedade civil no Canadá<sup>13</sup>. Importante notar que várias dessas iniciativas são ligadas aos interesses de povos indígenas e muito conectadas a comunidades locais. Chama a atenção o perfil de vigilância civil, no que respeita à possibilidade de reunir dados dispersos da supervisão dos públicos, organizá-los e publicá-los e pela busca crescente de influência sobre as discussões de políticas públicas naquele país e também um mapeamento de conflitos com a indústria mineira que extrapola as fronteiras canadenses. O MW deixa explícitos os objetivos de agir sobre as políticas públicas e sobre o sistema legal e no controle das corporações<sup>14</sup>. Assim, embora com menor presença em fóruns globais, por ser a iniciativa mais significativa voltada unicamente à mineração, se mostrou uma instância prototípica de vigilância civil, justificando a nossa opção por aprofundarmos a sua análise.

A Oxfam é uma entidade britânica bastante antiga, que remonta ao contexto da Segunda Guerra Mundial, criada como sendo de assistência humanitária, inicialmente denominada “Comitê de Oxford de Combate à Fome”<sup>15</sup>. Teve notável crescimento nas décadas posteriores, colocando-se como um *player* global no combate à pobreza e às injustiças, de modo geral, com expansão internacional desde 1995, articulando-se numa rede que hoje alcança mais de 70 países e, já no século atual, estabelecendo interlocuções em vários mecanismos globais. O interessante é que, neste processo de mudança de propósitos e de forma de atuação - sem abandonar as ações humanitárias que lhe deram origem e nem as fontes de recursos para este objetivo, a Oxfam apareceu de modo específico no cenário da mineração, produzindo documentos de denúncias de problemas e injustiças, agindo como um *think tank* e produzindo referências sobre um aspecto peculiar na relação entre empresas mineradoras e comunidades, o que é visível a partir de 2007. Neste caso, trata-se da sua defesa do termo de consentimento dessas comunidades para a atividade minerária, o que se

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://miningwatch.ca/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://miningwatch.ca/focus/fix-mining-laws> e em <https://miningwatch.ca/focus/control-corporations>. Acesso em: 15 jul. 2022.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/what-we-do/about>. Acesso em: 18 mar. 2025.

preconiza em convenções internacionais para a relação com povos originários, mas que, na interpretação da entidade, passa a ser defendido também para outras comunidades, como forma de mitigação de conflitos. Descortina-se uma produção crescente neste terreno, a ponto de ter sido a Oxfam o ator global com maior figuração no levantamento feito na pesquisa, em todos os sentidos - na produção e, com maior expressividade ainda, na circulação.

O exame de vários atores e iniciativas foi fundamental para compreender as lógicas e dinâmicas de atuação dos chamados *players* globais e, assim, situar a prática social e as práticas discursivas gerais na produção dos contradiscursos, numa trama intrincada que envolve esses atores e instituições supranacionais e nacionais e, ainda mais, na conexão com as iniciativas locais. A seguir refletiremos sobre as formas de atuação desses atores na busca de influência, evidenciadas em nossos estudos.

### **3 AS FORMAS DE ATUAÇÃO NA BUSCA DE INFLUÊNCIA NA AGENDA GLOBAL**

Como notamos, a produção contradiscursiva, para ser apreendida, depende da compreensão da diversidade de atores, com sua respectiva forma de atuação. Mas quais seriam os elementos comuns no *modus operandi* dos atores globais? Não há resposta simples, mas podemos levantar pistas por duas diferentes vias. A primeira delas tem a ver com a evolução da agenda e como as temáticas vão sendo incorporadas à ação desses *players*. A segunda remete à articulação na forma de coalizões, que se formam no sentido de ampliar o poder de influência.

Tratamos de agenda global como sendo aquelas questões que são discutidas e deliberadas pelos diversos mecanismos multilaterais, sobre os mais variados temas. Nestas instâncias institucionais se dá um intenso embate acerca da definição de políticas públicas globais recomendáveis para enfrentar problemáticas comuns a toda a humanidade. Essa ideia não envolve, portanto, um conceito unívoco, mas é uma forma de nos referirmos a certos consensos, ainda que parciais, que de algum modo se tornam referências entre os diversos povos e nações, numa teia complexa e vasta de problemas a enfrentar. O que importa é que é possível reconhecer certas tendências, materializadas em formulações, acerca, por exemplo, de questões econômicas, sociais, ambientais, de direitos humanos etc. É possível ver tanto um conjunto de instituições multilaterais, transnacionais, tais como a Organização das Nações

Unidas (e todos os seus órgãos) e o Fórum Econômico Mundial quanto uma plêiade de movimentos sociais que se dedicam a tentar influir nessas agendas e nas políticas propostas por essas instituições<sup>16</sup>. A intervenção da sociedade civil requer intensa articulação de atores para conquistar alguma voz e poder de influência num corpo institucional denso e do qual participam os poderes estatais nacionais estabelecidos, sujeitos aos conflitos geopolíticos e sobrecarregados por interesses econômicos particulares e estratégicos no contexto dessas disputas. Há ainda um fator complicador: a participação de especialistas, tanto os que compõem as redes acadêmicas tradicionais, quanto os que tomam parte em institutos e iniciativas estatais e do mercado. Já sabemos, como destacam Rich (2004) e Silva (2018) que essas redes de influência com a participação de especialistas tomam a forma de *think tanks*, nem sempre transparentes em suas filiações e interesses, mas com papel importante seja na proposição, seja nos meios de decisão de *global policies* pelas diversas agências.

Exemplos concretos da materialização de agendas estão na definição de pactos pelo meio ambiente e pela sustentabilidade (como é o caso da Agenda 2030 da ONU) e pelos direitos humanos (como resoluções relativas aos direitos das mulheres e dos povos indígenas). Nosso estudo revelou inserção cada vez mais forte desses temas - meio ambiente/sustentabilidade/mudanças climáticas e direitos humanos - com ênfase nos direitos das mulheres e dos povos indígenas - nas duas primeiras décadas deste século, traduzida em pactos, convenções, resoluções e declarações globais. Alguns marcos de agenda que observamos como de maior impacto sobre a produção contradiscursiva são a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, a criação da ONU Mulheres, em 2010, a reformulação do Pacto Global da ONU, com a Agenda 2030 e estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21), com o Acordo de Paris (2015). Todos estes documentos são os mais citados e referenciados pelo conjunto de atores que examinamos em caráter exploratório. Isso mostra a importância que possuem essas formulações para a organização dessas redes globais, para as redefinições das formas de ativismo neste nível internacional e, conseqüentemente, para impulsionar ideias-força capazes de dar coesão aos discursos.

---

<sup>16</sup> A respeito da internacionalização das políticas públicas numa ideia de governança global e o problema da participação nas arenas internacionais, ver Jakobi (2009). Embora trate das questões educacionais, traz uma interessante reflexão sobre a problemática da relação entre as agendas globais e a difusão das políticas públicas.

Isso não significa, porém, adesão pura e simples a todos os princípios e às diretivas dessas políticas, em termos estritos do discurso, já que estes são submetidos a intensa crítica pelos atores que, como vimos, são muito diferentes em objetivos, em composição dos seus públicos e em abordagens políticas. O que reconhecemos é que essas políticas influenciam as agendas particulares dos vários movimentos, geram eixos de discussão global para diversos fóruns. O conjunto de atores examinados dão uma amostra de como essas questões na agenda passaram a figurar decisivamente nas preocupações dos movimentos e nas iniciativas dessas redes. Vários desses assuntos foram se amalgamando em visões mais integradoras, sob a rubrica de “justiça ambiental” ou “justiça socioambiental”, onde as questões prementes no campo das mudanças climáticas e da necessária proteção do ecossistema planetário unem-se às questões de direitos humanos, consolidando uma tendência desde início do século. Em nossa amostra há vários exemplos, como a Environmental Justice Foundation - EJF<sup>17</sup>, criada em 2000 e a Climate Justice Alliance<sup>18</sup>, fundada em 2013, que já nascem no seio dessa discussão e de seus desdobramentos, mas também vemos impactos em termos de mudança ou aperfeiçoamento de abordagens de outros atores já tradicionais, como Human Rights Watch, Global Justice e Earth Justice, que remontam à década de 1970 e não apenas influenciaram essa agenda na sua geração, como também adaptaram suas ações a este novo contexto.

O caso da Oxfam demonstra como essa abordagem penetra os diversos atores e gera uma prática social com ela condizente. É visível nos discursos uma preocupação crescente ao longo dos anos com as formas pelas quais as mulheres são afetadas pela atividade de mineração, por exemplo. Também estes atores são constantemente influenciados pelas mudanças de orientação nas redes de ativismo, onde preocupações com as questões de gênero e dos povos originários vêm assumindo posições proeminentes. É de se considerar também a influência que a articulação mais consistente e efetiva dos povos indígenas e de movimentos de mulheres, nas últimas décadas, em todo o mundo, foi um dos fatores mais relevantes para que esse discurso ganhasse terreno, não só em visibilidade, mas também em generalidade.

A segunda pista é a do modo de organização dos atores neste nível que se dá, principalmente, por meio de coalizões. A noção de coalizão não se confunde com as conexões em rede. É fato que essas iniciativas estão em redes de atores e nesta lógica funcionam, dada a necessidade de articular informações e esforços comuns. Tratamos de redes aqui no sentido

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://ejfoundation.org/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://climatejusticealliance.org/>. Acesso em: 18 out. 2024.

conferido por Mario Diani, para quem os movimentos sociais são “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajadas em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (Diani, 1992, p. 13). Por sua vez, as coalizões são processos de ação coletiva distintos, como alianças que objetivam alcançar objetivos políticos específicos, sem apoiar-se em vínculos de identidade significativos, ou seja, podem reunir, ainda que temporariamente, atores com interesses distintos e pode envolver uma dinâmica de dissensos e consensos entre eles. É comum a referência a coalizões (*coalitions*) nos discursos destes atores internacionais, o que já é reconhecido facilmente no jargão dos fóruns globais. A noção de coalizão, portanto, possui um sentido forte nestes contextos que estamos examinando, que não exclui, antes abrange uma complexa interação com os movimentos sociais. Importante notar ainda uma vez que há grandes e expressivas diferenças entre os atores que examinamos, que se reflete também neste aspecto. Alguns possuem estrutura própria de coalizão, onde o Mining Watch Canada é exemplo, e outros, embora com uma estrutura de organização mais fechada e definida, como a Oxfam, recorrem a operações em coalizão para postular publicamente suas causas e sustentar algumas ações e projetos. O credenciamento desses atores à participação efetiva se dá, dentre outras coisas, pelo seu poder de prolocução, ou seja, de falar em nome de públicos e grupos de interesse mais amplos e, se não são a própria aliança, servem-se da participação em alguma coalizão para ampliar sua influência e reforçar posições políticas na agenda.

Os atores são também muito diferentes na relação com os movimentos sociais, mas essa interação é fundamental em qualquer caso para manterem-se conectados à base territorial, onde se dão os problemas concretos que precisam sair de sua condição local para alcançarem visibilidade e atenção. Estes atores globais são responsáveis por traduzir casos locais concretos para a linguagem geral das negociações nos fóruns globais, adaptá-los e acomodá-los a teses e princípios abstratos que são postos à mesa e, de certo modo, promovem uma validação empírica desses posicionamentos por meio das denúncias. Assim, a sua operação em termos de vigilância civil se dá em várias camadas de ação e de discursos. A coleta, seleção, organização e validação de dados acerca das problemáticas às quais dedicam atenção são atividades basilares desses atores, que se complementam com a produção e publicização de relatórios e dossiês. Por esse mesmo motivo, nossa análise dos elementos

textuais privilegiou este tipo de publicação, para além das apresentações institucionais, pois são estes documentos que unem os dados às principais teses que estes atores defendem.

Em qualquer das duas vertentes, é fundamental apontar que a tendência à globalização econômica e cultural e a necessidade de atuação política num ambiente de poderes nacionais e corporativos mais complexos causou muitos impactos sobre a atuação civil em outra escala e provocou mudanças e adaptações nas formas de agência de ONGs e grupos de *players* globais para enfrentar os problemas próprios gerados por essas tendências e pelas contradições e desequilíbrios de outra ordem que elas geram. Isso parece confirmar o que na virada do milênio vaticinaram Edwards, Hulme e Wallace (1999), ao perceberem os pontos de inflexão nesse tipo de articulação dos atores: reconhecendo que as tendências globalizantes traziam tanto oportunidades para a ação cívica quanto problemas sem precedentes, constataram que estavam no nascedouro novas formas de solidariedade expressas por novos tipos de cooperação, principalmente no sentido de mediar uma relação entre os conflitos locais e as políticas globais de desenvolvimento. É evidente a proliferação desses atores, um fenômeno que Clarke (2002), por exemplo, percebeu como sendo uma “revolução associativa” e logo se perceberia que o aumento do poder de influência deles os tornaria atores políticos capazes de interferir em vários níveis de governança: internacional, nacional e local, rearticulando a escala dessa influência, como vislumbrou Arts (2004), dentre outros atores, na Oxfam. Ele viu nisso um importante e crescente papel de trazer os interesses locais para as mesas de negociação e deliberação globais e de fazer uma reedição das questões globais em questões locais e vice-versa, o que Hudson (2002) rotularia como um “*advocacy* transnacional”.

Isso demonstra aspectos de como se formou um contexto de produção contradiscursiva para compreender a dimensão de prática social da qual fala Fairclough (2001). Apesar das visões otimistas acerca da importância desses atores na vida política global, há contradições que nos desafiam a pensar também de forma crítica sua atuação e seus discursos. Cedo ainda, Hudson (2002) alertava para os problemas da legitimação desses atores transnacionais, principalmente no defrontamento com os Estados nacionais, postulando uma necessária responsabilidade política construída por meio das relações mais sólidas com as comunidades pobres e marginalizadas que eles dizem representar. Não podemos pensar, portanto, que eles sejam observadores a agentes de influência imparciais e altruístas e que também não respondam a interesses diversos, por vezes contraditórios, que priorizam suas próprias

ideologias e as vontades de seus doadores e que tomam parte em políticas nacionais específicas (Tortajada, 2016).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa investigação, refletimos sobre a formação do contradiscurso como prática social a partir de decisões concretas da pesquisa e de um estudo exploratório. Tratamos especialmente de como vêm-se consolidando algumas discussões e embates sob certas tendências no nível global. Isso tem vazão nos espaços e fóruns que, no limite, apontam para duas ideias: a de governança global e de uma sociedade civil global. Este processo, entretanto, não é unívoco e isento de contradições. Ao contrário, abre campo para pesquisa e reflexão da maior importância no contexto atual, colocando entre parênteses a validade e a consecução, na prática, dessas ideias. De todo modo, elas são norteadoras da ação e dos discursos e modulam uma comunicação pública acerca dos mais diversos temas que atravessam todos os setores da atividade humana. O foco na mineração mostra como a problemática dela decorrente suscita trocas comunicacionais intensas que envolvem a comunicação estratégica das organizações do setor e suas representações, como também dos públicos afetados pela atividade. Os discursos contra a mineração, neste nível, são organizados e reeditados por vários *players* que se organizam em rede e recorrem à forma política das coalizões para conquistar maior poder de influência nas instâncias de governança que procuram definir políticas públicas globais.

Não só as formas de organização como a própria lógica discursivo-comunicacional do setor mostram-se bem diferenciados da dinâmica contradiscursiva. Em contraste com o discurso do setor minerário, que é mais homogêneo, tende a simplificar argumentos e categorizar problemas (econômicos, ambientais, de direitos humanos) para buscar soluções diretas, os contradiscursos correlacionam intencionalmente essas dimensões, tratando-as como inseparáveis, apresentando-se com interesses mais abrangentes e difusos. Seus produtores tendem a enfatizar a interdependência entre os fatores que contestam as práticas organizacionais. Aspecto crucial do contradiscurso reside, então, em colocar o discurso hegemônico em perspectiva de complexidade sistêmica, reelaborando constantemente os nexos entre as dimensões a partir de problemas concretos e evidenciando a necessidade de uma abordagem integral. Assim, um dos elementos cruciais na contestação do discurso da mineração está na própria forma, assinalando como esses problemas precisam ser tomados em

plano multidimensional, considerando a um só tempo seus componentes econômicos, culturais, ambientais, de direitos humanos etc.

O estudo se mostrou relevante para evidenciar as possibilidades e as vulnerabilidades dos públicos nos embates com a atividade extrativa mineral, ou seja, as forças e fraquezas dos contradiscursos. Isso pode demonstrar não só os diferentes modelos de ação que orientam discursos e contradiscursos, mas as profundas assimetrias de poder que daí decorrem, com implicações para a ação coletiva dos públicos e para a prática da vigilância civil. O estudo aponta também que pesquisas futuras podem expandir a análise para outros setores econômicos, enriquecer a compreensão para novos contextos geopolíticos que se processam na atualidade e adotar abordagens interdisciplinares, integrando, por exemplo, a sociologia ambiental, o direito ecológico e a bioética, de modo a examinar mais detidamente as bases normativas dos contradiscursos e as suas implicações para os públicos que lutam por justiça ambiental.

## REFERÊNCIAS

ARTS, Bas. The global-local nexus: NGOs and the articulation of scale. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, v. 95, n. 5, 2004. p. 498-510.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

CLARKE, Gerard. Non-governmental organizations (NGOs) and politics in the developing world. **Political studies**, v. 46, n. 1, 1998. p. 36-52.

DIANI, Mario. The concept of social movement. **Sociological Review**, v. 40, n. 1, 1992. p. 1-25.

DRYZEK, John. **The politics of the earth: environmental discourses**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EDWARDS, Michael; HULME, David; WALLACE, Tina. NGOs in a global future: marrying local delivery to worldwide leverage. **The International Journal of Management Research and Practice**, v. 19, n. 2, 1999. p. 117-136.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FONSECA, Alberto; McALLISTER, Mary Louise; FITZPATRICK, Patricia. Sustainability reporting among mining corporations: a constructive critique of the GRI approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 84, 2014. p. 70-83.

HENRIQUES, Márcio S.; SILVA, Daniel R. Vulnerabilidade dos públicos frente a práticas abusivas de comunicação empregadas por organizações: limitações para o monitoramento civil. **Comunicação e Sociedade**, v. 26, 2014. p. 162-176.

HUDSON, Alan. NGOs' transnational advocacy networks: from 'legitimacy' to 'political responsibility'? **Global networks**, v. 1, n. 4, 2002. p. 331-352.

JAKOBI, Anja. **International Organizations and Lifelong Learning: From Global Agendas to Policy Diffusion**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

RICH, Andrew. **Think tanks, public policies and politics of expertise**. New York: Cambridge University Press, 2004.

SILVA, Daniel Reis. *Think tanks* ideológicos e a formação da opinião pública: reflexões sobre grupos conservadores, suas redes e os estudos de comunicação. **Anais do XXVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS**. Belo Horizonte, PUCMG, 2018.

TORTAJADA, Cecilia. Nongovernmental organizations and influence on global public policy. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 3, n. 2, 2016. p. 266-274.

VERRIER, Brunilde et al. Beyond the social license to operate: Whole system approaches for a socially responsible mining industry. **Energy Research & Social Science**, v. 83, p. 102343, 2022.